

Transcrição de vídeo - Ciclo de Debates

Mesa 5 - Censo de Favelas: produção autônoma de dados

08 de dezembro de 2023

Hugo Oliveira: Bom pessoal, boa noite, todo mundo. Boa noite. Assim está melhor. Espero que todo mundo esteja bem, apesar desse calor infernal que a gente está tendo no Rio de Janeiro, né? As temperaturas estão bem complicadas e a gente sabe que é decorrente, obviamente, do nosso mau uso do planeta. Mas enfim, estamos aqui para poder fazer a apresentação do processo do Censo Popular da Providência. A gente já começa a agradecer e se desculpando com a Fiocruz, porque o Censo, a gente já precisava ter entregue em março, né? Era para ter sido no final do ano passado, mas acho que o Richarlls que está aqui, sabe bem da nossa realidade, da dificuldade que a gente tem de poder conduzir o processo que era muito maior do que a gente estava lidando. Para quem não me conhece, sou Hugo Oliveira, sou cria aqui do morro da Providência, sou um dos gestores da Galeria Providência que na ocasião da Covid-19 se juntou com mais outras iniciativas que são a Casa Amarela, o Rolé dos Favelados e o Rio Memória Ação para poder trabalhar a mitigação do impacto da Covid-19 durante aquele período. Uma vez que os recursos acabaram, a gente decidiu continuar a tocar o que a gente já fazia antes, que era o trabalho da Galeria Providência. Inclusive Palloma tem uma influência grande, porque o trabalho da Palloma no mestrado foi sobre o Museu a céu Aberto da Providência, né? Os outros não deram certo, mas a partir de 2017 eu pego esse tema de novo e vou embora porque acho que a gente tem que se apropriar das coisas que o Estado produz. E aí, de repente, a gente se viu no meio de uma demanda, onde os próprios moradores foram necessitando para que a gente pudesse sobreviver. Esse foi um dos nossos últimos projetos, assim, de ação, de atuação, que seria esse levantamento de dados. Em determinado momento o trabalho que a gente estava fazendo, que a gente fez primeiro, inicialmente sem ajuda de recursos de Instituição, que a gente fez levantamentos específicos do que estava acontecendo a Covid-19 na Providência, apareceu Diego na ocasião estava como pesquisador do NEGRAM e aí começou a questionar: “pô, cara, vocês está precisando de ajuda? Como é que vocês estão fazendo esse levantamento?”. E aí eu falei “Ah, ajuda é sempre bem-vinda, mas enfim”, um pouco receoso com a história da academia está chegando perto da gente e tal. Mas o Diego era insistente, assim, e teimoso. E aí aos poucos ele foi falando “cara, a gente está aqui para o que vocês precisarem. A gente viu que vocês têm um levantamento aí, vocês estão chamando isso de mapeamento, mas cadê o mapa?”. E aí levou o professor Renato Emerson na época e a gente descobriu que não tinha mapa especificamente. E aí ele falou, “ó, se vocês precisarem, a gente pode ajudar vocês”. E aí depois a gente com o apoio da Fiocruz a gente

começou a entender melhor aquilo que a gente estava chamando de Censo, aquilo que a gente está chamando de mapeamento. E eles falaram “não, o que vocês têm já é muito legal, mas ao mesmo tempo a gente pode melhorar ainda”. Então, representando aí a UFRJ, o IPPUR, o NEGRAM a gente tem o professor Régis, a gente tem o Júlio e temos o Diego. Na composição da apresentação de hoje, a gente conta com a equipe do IESP, do Wikifavelas, do BONDE, através da parceria com a Palloma. Eu fui convidado para poder falar em uma das mesas e a gente trocando ideia, eu falei “olha, a gente está na iminência de fazer a entrega desses dados para Fiocruz e eu queria tentar aproveitar um pouco dessa estrutura, porque a gente está muito defasado lá de equipe e tal não sei que”. E a Palloma “não, vamos lá, vamos chegar junto e tal” e cá nós estamos. E aí uma das provocações que o Richarlls trouxe que era que a gente pudesse fazer o contato com o IBGE, chamar a subprefeitura local, no nosso caso que a gente tem a CCPAR, a Clínica da família e outras instituições que a gente fez o nosso dever de casa. A gente compartilhou, a gente compartilhou inclusive o convite abertamente para o morro inteiro, por WhatsApp que a gente tem, que eu acho que os dados tinha que estar aí para ser acessado para esse material chegar a mais pessoas. Mas é isso, tem dificuldade dessas relações e historicamente não se comunicam com a gente ou se comunicam quando é do interesse deles. Mas uma coisa que ficou muito importante para a gente foi que um dos Censos, um dos materiais que a gente estudou e pesquisou foi o pessoal da Maré. Então na época, na época, quando a gente falou com a Palloma, a Palloma falou com o Dalcio que coordenou o Censo da Maré. E falamos vamos trazer a experiência que pode ser uma oportunidade boa de a gente poder trocar e entender, inclusive como é que foi a produção de atividade depois que esses dados já estavam prontos. A gente tem agora como expectativa trabalhar em cima das incidências de políticas desses dados e também uma publicação, mas é isso, os recursos que a gente tinha foram ofertados na época pela Fiocruz isso não foi possível, muito menos com um [não identificado] da cidadania. Então agora começa com a nova empreitada. Mas acho que a mesa de hoje vai possibilitar entender um pouco melhor inclusive como é que a Redes da Maré tem trabalhado a partir desses dados que eu acho que, a gente, como a própria Palloma falou, uma vez, a gente sentado lá na mesa, né, que a gente está vivendo hoje num outro momento dos trabalhos de liderança, de militância de favelas, que é esse trabalho qualificado de dados. Pegar dados, fazer esses dados em conjunto, não para a favela, mas em conjunto com a favela, que eu acho que é muito da metodologia que o NEGRAM também trabalhou com a gente, que era pensar isso a partir dos próprios moradores e fazer com que esses dados possam estar nas nossas mãos. Então queria agradecer a presença de todo mundo que está aqui. Para a gente é muito importante a ocupação desse

espaço, inclusive um espaço que foi pensado para outros usos e a partir das necessidades cotidianas, do dia a dia a gente vem ocupando com muita dificuldade nesse espaço porque é isso, tudo é custo. A gente está aqui fazendo das tripas coração para poder manter esse espaço aberto de outras maneiras que não só a questão da segurança alimentar, porque isso é era o principal mote na época, sobretudo com o trabalho que a Fiocruz vinha fazendo, mas estão tentando encontrar outros caminhos de como a gente faz para manter o espaço aberto, porque a gente já entendeu que a Providência necessita, né? O espaço que a gente está, necessita. Tem outras instruções, outras lideranças que estão atuando também dentro do que a gente pode fazer. Para a gente começar a mesa, eu queria passar a palavra aqui para o Dalcio também para poder falar um pouco de como é que foi, como é que surgiu a ideia de um censo lá na Maré, quais foram as dificuldades que vocês enfrentaram nesse ínterim numa favela também, que eu acho que tem a sua, as suas relações com a Providência, no sentido comparativo, um espaço conflagrado, os múltiplos agentes, né, de poderes, os interesses dos moradores e depois, como é que vocês trabalharam, como é que vocês estão trabalhando com esses dados.

Dalcio Marinho: Vou fazer uma coisa aqui e tentar ser hoje descontraído, né? O ar está bom, ficar no ar condicionado.

Hugo Oliveira: Ah, rapidinho. Só antes do Dalcio falar uma das coisas que a gente conseguiu depois, no período da Fiocruz, foi abrir parcerias com outras instituições. Então hoje a gente está com a parceria com a Firjan, que é a quem nos possibilita ter um, ter um ar-condicionado. Tem acontecido outros cursos aqui e aí é isso. Assim a gente está trabalhando também num outro viés, que é para poder manter o espaço aberto. Então, fiquem à vontade.

Dalcio Marinho: Vou sentar ali para a voz ficar mais perto. Eu não consigo falar alto. É, vamos lá. Bom, primeiro agradecer pelo convite aqui de estar na Providência. Na verdade, todas as vezes que eu venho aqui, confesso que foram poucas, queria ter vindo mais. Eu ando mais lá pelo subúrbio do que aqui na área central da cidade, mas todas as vezes que eu venho aqui eu me emociono de estar aqui, porque não se tem, não tem como falar sobre a história das favelas do Brasil, sobre a consolidação das cidades do Brasil e a reprodução delas sem falar da Providência. Então, e agora, eu sempre vim aqui por interesses específicos, particulares aqui meus de algum contato, alguma coisa que eu vim buscar, mas está convidado aqui para falar para moradores da Providência é muito honroso para mim, realmente me marca isso nessa

trajetória que eu tenho e trabalhando em espaços populares e periferias. Uma trajetória que, assim, eu não sou oriundo de favela, não sou da periferia, sou oriundo de classe média, classe média baixa, mas classe média lá de Niterói. Inclusive moro lá ainda, mas botei os pés para trabalhar em favela pela primeira vez em 1981 e assim se vão 32 anos, né? 32? É isso? Trinta e dois anos trabalhando em favelas e não parei mais. Estou na Maré, trabalhando desde 2001 na Maré. Dez anos depois, eu estava na Maré e até hoje estou lá na Redes da Maré, [não identificado]. Já fiquei um bom tempo no Observatório de Favelas também. Bom, vamos ao que interessa, falar de Censo. E aí foi minha área de formação, eu fiz Geografia depois me especializei em produção de dados. Fui trabalhar com técnicas quantitativas e cheguei lá na Maré para isso, para auxiliar lá alguns projetos, principalmente projetos pedagógicos nessa área e vem o Censo Maré que foi identificado como uma ação estratégica necessária e estratégica para a continuidade, para a potencialização das ações e as organizações parceiras ali que queriam fazer [não identificado]. É muito pensado, aí, bom, vários questionamentos que eram: “porquê fazer o censo se tem o censo oficial, tem o censo do IBGE?”. Então, a primeira coisa que respondemos. Ah, deixa eu marcar aqui o meu tempo, porque senão, vou botar aqui que já comecei há uns três minutos, né, aí vou ficar vinte. É, e vocês, por favor, também interrompam a conversa, façam pergunta. Então, por que fazer se tem o do IBGE? A gente estava, nisso a gente estava em 2010, o IBGE estava em campo e os resultados saíram logo depois. Bem mais rápido do que os de hoje inclusive, do que o de 2022. A gente tem muita pouca coisa publicada agora. Mas porque fazer? A primeira resposta: em momento algum o propósito foi contestar os resultados do IBGE, em momento algum. O censo do IBGE é uma pesquisa que a gente procura dialogar o tempo todo com ela. O que acontece é que é um censo nacional, ele não tem como focar em questões específicas do território e falar sobre particularidades, sobre especificidades pela sua abrangência nacional. Para se ter uma ideia, por exemplo, na questão da educação, o questionário do censo, que vai de porta em porta o chamado universo, só tem uma pergunta, que é: “saber ler e escrever?”. E a gente não tem mais nada da escolaridade registrado no universo. Aí as questões de escolaridade vão para o questionário da amostra. Como o Rio de Janeiro é uma das, acho que 49 hoje, em 2010 éramos 38 se não me engano, é uma das cerca das 40/50 cidades brasileiras com mais de meio milhão de habitantes, a fração amostral no Rio de Janeiro é de 5%, um a cada 20 domicílios, um a cada vinte. Nós, Providência, Maré estamos no Rio de Janeiro é essa fração amostral que vai indagar tudo sobre escolaridade, por exemplo. Ou tudo sobre questões de saúde, por exemplo. Então, quantos domicílios que tem na Providência?

Hugo Oliveira: Então, o último censo dizia que eram três mil e novecentos, três mil e novecentos e noventa e seis, noventa e sete, quase quatro mil. A gente acredita que isso aumentou exponencialmente, porque o último censo foi em 2010 e a gente não tem.

Dalcio Marinho: Se eles contaram quatro mil, a amostra do censo aqui então teve duzentas entrevistas só. Cinco por cento são duzentas entrevistas. E aí a gente vai falar de questões, de informações tão caras numa amostra é chover no molhado. Tentar dessa amostra saber coisas que a gente já sabe. A gente precisa ter isso mapeado casa por casa, e aí no caso o IBGE divulga isso por setor censitário, por setores para gente poder territorializar isso e ter a verdadeira dimensão. Por exemplo, trabalhávamos muito com a questão e aí já entendo com outro ponto de importância, trabalhávamos muito com a questão de crianças fora da escola, crianças e adolescentes fora da escola. Ora crianças e adolescentes fora da escola é uma faixa ali, dependendo da faixa etária, mas em média, vai gerar ali de 3 a 10% em cada território. Você vai ficar por ali 3/10% naquela época, em 2010, dependendo da faixa etária, um pouco mais ou pouco menos. No ensino fundamental esses dados, por exemplo, foi abaixo de 3%. Fazendo essa pergunta, como censo faz, o censo do IBGE, em 5% dos domicílios, a gente não consegue identificar quantos na verdade nós temos fora da escola, porque só a margem de erro é uma amostra só. A margem de erro vai ser maior do que 3%. Só a margem de erro. Uma vez eu calculei lá numa determinada favela da Maré pela amostra do censo a margem de erro era 18% para mais ou para menos. Eu estava falando de uma variável que a média era de 4/5%. Não tinha como usar esses dados, mas não é porque o censo do IBGE é ruim, é porque ele é nacional. Ele responde isso numa cidade. Ele responde isso para os estados. Ele não vai responder para a favela. Ele não vai responder nem para um bairro, bairro de classe média, classe alta nem isso. Não é problema, ah, não faz isso na favela, não. A gente não chega a essas informações nem para um bairro de classe média. Só que na favela nós temos demandas a serem resolvidas. Nós temos muito a conquistar. E aí vem o sentido, não é contestar, é complementar. É trazer um olhar do específico, do aprofundado nas questões que nos interessavam, o que que a gente queria desenvolver ali dentro? E aí, o outro sentido desse trabalho é que nos espaços populares das favelas, das periferias, quase tudo, quase tudo que se conquistou em termos de serviço ou de infraestrutura foi decorrente de mobilização e reivindicação de moradores. Não foi o Estado que resolveu fazer. Não foi o poder público que resolveu fazer. Foi a reivindicação, a mobilização de moradores que conquistou, conseguiu fazer. Quando a gente pensa nessa coisa do uso dos dados nas políticas públicas, o imaginário da cidade, o imaginário da cidade do asfalto, pensa o seguinte: “Ah, os dados eles servem para

os órgãos públicos fazerem suas políticas públicas, para desenhar as suas políticas públicas”. Quantos lugares eu já fui, principalmente quando eu vou nas universidades, os professores sabem disso, mas eles quebram barreiras estando aqui, eles quebram barreiras, ultrapassam muros fazendo e apoiando um trabalho como esse. Mas quantas vezes em universidades eu ia falar do censo da Maré, da necessidade de fazer outros levantamentos autônomos em favelas e ouvia falar assim: “não, mas o IPP... porque os dados do IBGE, os dados do Ipea tem, os dados de não sei lá das quantas tem”. Sempre, sempre pensam naqueles dados que os órgãos públicos levantam para desenhar as suas políticas públicas e se esquecem de uma coisa que o líder comunitário precisa saber quantas pessoas têm e quantas pessoas têm determinada característica para ele poder sentar numa mesa e fazerem indicação para o poder público nesse processo. Não é o que o estado vai desenhar, seja para Maré, para Providência ou para Campo Grande ou para Santa Cruz ou para Tijuca, não. É importante a gente vê assim o que a Maré, o que a Providência precisa e o líder comunitário dali e os atores sociais e os jovens e as organizações, a associação de moradores precisam saber. Para sentar na mesa e reivindicar, porque se não, também fazer uma reivindicação distorcida, sem saber qual é a minha demanda. E aí eu tenho um exemplo muito claro sobre isso. Eita, já fiz besteira aqui. Ainda bem que foi água, né? Desculpa. Um exemplo muito claro: conseguimos uma parceria com a Fundação Roberto Marinho do supletivo deles, e educação de jovens e adultos. E eles têm turmas presenciais também, fazem um sistema híbrido. Poxa, bancam, é um patrocínio assim até o espaço eles equipam, dão equipamentos para os estudantes, pagam uma ajuda de custo para os estudantes para poder frequentar, etc., materiais. Tudo bancado por eles. Aí conseguimos essa parceria. O modelo que eles tinham de implementação neste projeto, todos os lugares que eles iriam, pelo menos aqui no Rio de Janeiro, era uma classe de 30 alunos. Nós botamos mapeado a escolaridade da população da Maré e a gente tinha uma informação que a gente obteve a partir de uma amostra, esse é outro ponto importante, aquela base do censo nos permitiu fazer diversos estudos posteriores, complementares, de amostras que conversavam a partir dos parâmetros que o Censo nos deu. Então a gente tinha também uma informação daqueles ali com aquele determinado território: temos tantos parados no fundamental, nos anos iniciais, temos tantos que pararam nos anos finais, temos tantos que paravam no ensino médio e temos essa pesquisa aqui que diz quantos tem a intenção de voltar a estudar. Porque não basta ter aquele nível de escolaridade, tem que saber quantos tem a intenção de voltar a estudar. Eles nunca tinham tido isso em lugar nenhum que eles foram. E aí, o que que fizeram conosco em vez patrocinarem uma turma de trinta, patrocinaram três turmas de trinta em locais diferentes que nós apontamos onde seria, a Maré é enorme, né,

onde seriam essas turmas. Patrocinaram três turmas. Outra coisa, pouca gente sabe na cidade, mas quando a gente fez o censo a Maré tinha vinte e seis escolas públicas. Vinte e seis escolas públicas. E aí, teve aquele projeto da prefeitura do Rio, fábrica de escolas, Fábrica de escolas Leonel Brizola, né? Bom, construíram acho que cento e setenta e poucas escolas pela cidade. Quando foram conversar com a Maré nós tínhamos esse mapeamento também da demanda educacional por cada uma das favelas, por cada território da Maré. A Maré ganhou treze escolas. Nenhuma outra região da cidade ganhou tantas escolas quanto a Maré. Hoje você passa na Linha Vermelha você vê aquele “Campus Maré” foi por causa dos dados que tínhamos. Então isso qualifica a demanda a se dimensionar, o que eu preciso, quando eu preciso. Então, não é para o poder público fazer, é para a comunidade fazer. O líder comunitário fazer, os atores sociais, a juventude, etc., poder ir lá e ter isso. Nós tivemos vários exemplos de projetos que foram, a questão da Fiocruz, por exemplo, com a Vacina Maré, durante a pandemia, foi uma cobertura também que parte dos dados que a Maré tinha. O trabalho que a Maré já estava fazendo a partir de ter identificado quais as famílias mais vulneráveis para começar o trabalho de distribuição de cesta básica e isolamento responsável, isolamento solidário. Isolamento solidário, não é isolar e deixar a pessoa a minga. Então, isolar dá o isolamento, mas que a pessoa possa ter acesso, por exemplo, ao serviço de saúde. E aí esse trabalho que nós fizemos e que ele tem, ele teve como base para a gente identificar as primeiras famílias a serem atendidas e as localidades parte dos dados da Maré e isto depois vai terminar na parceria com a Fiocruz no Vacina Maré, que foi exemplar para a Fiocruz, para o Ministério da Saúde. A Ministra Nísia quando assumiu o Ministério da Saúde citou isso no discurso dela de posse, né, o trabalho que foi feito lá. Então, isso tudo pode ser potencializado. Logo a gente sempre diz o seguinte: o censo não é o trabalho final do trabalho. O censo, isso que eles vão fazer aqui agora, mostrar os resultados, não é o ponto de chegada, esse é o ponto de partida. Toda a mobilização que foi feita, se ela acabar agora, se ela parar agora, isso aqui vira informação engavetada. Já já já, já ultrapassada, defasada. Ah, não, isso aí já mudou, já passou, já não sei o quê. Num instante. Não é isso que é o essencial, que é o central. O central é agora isso aqui ser disseminado, ser apropriado, ser entendido a partir das organizações, das lideranças, dos coletivos ser entendido para que possa ser utilizado. Então é ponto de partida, se não, não faz sentido. Tá? Então acho que por aí não sei se não tem mais alguma informação a dar, mas já vai dar os meus vinte minutos. Depois a gente conversa um pouco mais, se quiserem me fazer alguma pergunta vou abrir agora. Até porque eu vou também pedir licença por uma coisa, eu só vou ficar até 20:30. Me desculpa. Hoje é o mesversário, estou vendo bebê ali, hoje é mesversário de sete meses da minha filha aí os

parentes fizeram uma surpresa, saíram do trabalho e foram lá para casa. Fiquei sabendo que chegaram com o cachorro-quente, com salgadinho e então está todo mundo lá em casa. Minha, minha mulher está sozinha, quer dizer, está com os parentes, mas está uma loucura lá numa festinha lá de sete meses da Alice. Então às 20:30 eu vou dá no pé e eu ainda vou para Niterói. Mas estou aberto agora para perguntas, tá? Se quiser fazer essa rodada agora, porque como eu vou sair.

Hugo Oliveira: Tem alguma...

Público 1: Você falou sobre a escola de adultos, né, eu gostaria de saber se aqui a gente está tendo essa oportunidade para quem quer estudar?

Dalcio Marinho: Eles vão responder, os dados aí provavelmente pode ter alguma sinalização. Mas a partir das informações que o censo constrói, por exemplo, uma base porque, tem uma coisa, né? Vou aproveitar e esticar mais um pouquinho. Quando eu falo da contestação, contestar os números do IBGE, olha é uma pesquisa, isso aqui não é pesquisa em laboratório, não, que a gente consegue reproduzir as mesmas condições. Se fizer hoje e fizer mês que vem, o mesmo método, vai dar uma pequena diferença, vai dar, certo? A questão é se o método é confiável para a gente confiar naquele número. O IBGE fez em 2010, na Maré, deu cento e, contando lá com o Marcílio Dias, deu cento e trinta e seis mil. Nós fizemos em 2013, três anos depois, deu cento e trinta e nove mil. O IBGE estava certo então. Não estou falando de três para seis, eu estou falando de 136.000 para 139.000 e uma diferença de três anos e o mesmo método, mas duas entidades diferentes, o IBGE e a gente. Pô, bateu, os números bateram. Por uma coisa o IBGE tem o melhor método de cobertura territorial do Brasil. É consagrado e universal, não é isso que está errado. Não é isso. Não era. Agora, vou contar um caso quando nós fomos apresentar os resultados, assim como vou fazer agora, tinham dezesseis associações de moradores lá, um presidente de associação de moradores que participou de todo o processo que acompanhou, que apoiou, todos eles apoiaram, a gente não faria isso sem a associação de moradores porque eles abriram portas sem dúvida. Obviamente, mas aí ele não gostou porque na comunidade dele, na favela dele, deu quase 9.000 pessoas. "Lá eu tem mais de 20.000". Não, eu estava contando também com a do lado, a vizinha e super estimando a dele. Imagina ele na hora de conversar, por exemplo, aquele papo que eu estava falando antes sobre a reivindicação. Ele não sabe nem quantos moradores têm na favela da associação dele, né? Mas aí eu abri esse parênteses aí, mas estava falando,

então a gente, a questão então não é no método. O método, inclusive a gente fez questão de fazer, de repetir, usar o método do IBGE. Esses dados, eles precisam ser confiáveis, eles precisam ser, inclusive, considerados todas as instâncias. Eles precisam dialogar com os dados oficiais da cidade, do estado e do país. Então o problema que existe é aquilo que eu falei no início, a gente precisa de dados específicos, a gente precisa da lupa. O censo nacional não tem como fazer a lupa e a gente precisa dela, então não é para contestar, né? E aí acho que foi, era isso que eu ia falar.

Hugo Oliveira: Tem duas perguntas. Vai pegar o microfone aqui. Não, é só para gravação.

Alessandra: Então, é claro que o IBGE é reconhecido, né? É claro que seria prepotência de uma de uma organização querer competir com esse nível do IBGE, mas eu queria fazer um questionamento até porque eu não sei números quantas pessoas menores de 18 anos responderam ao questionário do IBGE. E aí isso foi assim, algumas coisas assim que eu andei pensando sobre o nosso mapeamento aqui e o mapeamento do IBGE nessa confiabilidade que você colocou aí agora de que se isso pode atrapalhar um pouco essa confiança desses dados, né? Porque algumas crianças puderam responder ao questionário. E aí, fica aqui esse questionamento. Aqui nós não fizemos assim dessa forma. Não colocamos menores de 18 anos para poder responder aos questionários. E aí eu queria saber de você, se você acha que isso pode dar uma interferência aí nessa confiabilidade.

Hugo Oliveira: Se apresenta, se apresenta.

Alessandra: Eu sou Alessandra, gente, eu sou supervisora, eu fui supervisora de campo do nosso mapeamento aqui na Providência e esse foi assim, não questionando, mas assim, fazendo uma crítica construtiva para o IBGE.

Dalcio Marinho: Eu não estou representando o IBGE não.

Alessandra: Não, mas o que você acha?

Dalcio Marinho: Isso é uma coisa, né. Não pode, não pode ter uma entrevista com um menor de 18 anos, a não ser acompanhado de um responsável, de uma pessoa maior de 18 anos que autorize porque às vezes o menor de 18 anos sabe até responder melhor do que a outra

pessoa, mas sozinho, ele não pode.

Alessandra: Mas nessa pode, porque foi noticiado.

Dalcio Marinho: É uma apelação que é feita, tipo assim para poder completar a cobertura porque o prazo vai se esgotando e tem que fazer. Na verdade, como eu disse, não é uma pesquisa de laboratório, no campo acontecem muitas coisas, a gente flexibiliza muita coisa e dentro de um controle técnico e ético a gente flexibiliza muita coisa para poder dar conta. Não é uma pesquisa de laboratório que a gente controla tudo isso. Mas a rigor não pode. Então, claro, se assim se passou a ser uma coisa muito frequente, passou a ser uma coisa não criteriosa, só para terminar rápido, óbvio que isso vai afetar. Como uma entrevista acelerada com um adulto também interfere. Se você fizer uma entrevista apressada com um adulto também, ele não vai responder com consistência, nem o registro da entrevista vai ser consistente. Então quando você entrevista você precisa, isso a gente fazendo o nosso trabalho nas pesquisas a gente tem mais capacidade, mais condições de fazer do que o IBGE. A gente tem um time, eles tem outro. Agora eu tenho que fazer uma segunda observação também, o atual censo de 2022, infelizmente, não segue os parâmetros para gente julgar o trabalho do IBGE porque foi com certeza o pior da história. E a gente sabe o que aconteceu desde o início. Primeiro pandemia, depois falta de orçamento, depois falta de vontade do governo fazer. O governo fez tudo para descaracterizar, enfim. Foi feito sob uma disputa que tem hoje na sociedade, *fake news*, disputa ideológica, que isso é coisa de esquerda e que vão pegar os dados bancários e vão fazer aquilo outro e enfim toda essa imagem que foi feita negativa fez com que esse censo tivesse a maior taxa de recusa de toda história. Tem municípios com 20% de ausência mais recusa, porque aumentou muita a recusa. A cidade de São Paulo tinha 14%, fechou com 14%. Não era, era para ter fechado com 8% no máximo. Deixou 14%. Agora o resto vai ser feito por estimativa estatística que o IBGE também tem excelência para fazer. Mas esse censo realmente não serviu para parâmetro.

Alessandra: Obrigada.

Hugo Oliveira: Ah, tem outra.

Jéssica: Boa noite. Meu nome é Jéssica, eu sou moradora da Pedra Lisa. Como mulher negra, periférica, me surgiu uma dúvida, dentro de toda a sua experiência, profissional, de vida e de tanto censos que você já participou, tem uma perspectiva, ao longo de todos esses anos após uma, após não, mas com uma pandemia menos agravada, mais vacinada, podemos dizer

assim, onde a periferia tem alcançado até agora em relação aos estudos ou conseguiu conquistar em busca de seus direitos dentro desses censos?

Dalcio Marinho: A gente faz esse trabalho, tem uma coisa, eu não tenho conhecimento sobre a identidade comunitária da Providência, então eu vou falar em relação a Maré, tá? A Maré se tornou um bairro da cidade do Rio de Janeiro formal em 1994. É um dos 160, agora 164 bairros da cidade. É o nono mais populoso. Olha, tem ainda quase metade dos moradores que falam que moram na área Bonsucesso, na área Ramos, como se a Maré não fosse um bairro ainda. Para você ver o nível de desconhecimento desse status administrativo que a Maré tem. Mas para além desse status administrativo, ah, isso se reflete, por exemplo, se abre o site da Secretaria Municipal de Educação, o bairro é decidido administrativamente pela prefeitura, vinte e três escolas da Maré no site da Secretaria Municipal de Educação não estão com endereço Maré, estão como Bonsucesso, Ramos. Não estão como Maré, só as novas, mais recentes que entraram. E tem a ver um pouco com esse fato das novas, mais recentes terem entrado. Quando a gente faz esse trabalho lá atrás, a gente tinha uma questão muito simbólica a enfrentar: quebrar a invisibilidade da Maré no contexto da cidade. Maré faz parte de Bonsucesso. Maré, a mídia chamava até de Grande Bonsucesso, tinha Ramos, Manguinhos e tal etc. Maré. Bom, a Maré, pelo IBGE 2010, precisa nem pegar o, como eu não tenho o nosso dado de Bonsucesso, eu vou comparar o de Bonsucesso IBGE com o IBGE, a Maré, no IBGE tinha 136.000 moradores, Bonsucesso tinha 19. Então, Bonsucesso era a Grande Bonsucesso com a Maré. Assim com parte do Alemão e com Manguinhos. Sem as favelas o entorno de Bonsucesso não é tão grande assim, né? Não é a Grande Bonsucesso. Então, há uma invisibilidade no contexto da favela na cidade, contexto que faz com que a vida na favela valha a pena. Semanalmente ou duas ou três vezes por semana possam haver operações lá e matarem sejam jovens que estão no tráfico ou sejam moradores que nem no tráfico estão. E a população, o restante da cidade achar que isso faz parte do combate, do processo. “Tem mesmo que fazer essa guerra lá de combate”. Vai fazer essa guerra em Copacabana, vai fazer essa guerra na Zona Sul para ver a repercussão que vai dar. Então daí tem é porque o imaginário geral da cidade tem a vida na favela com uma vida que vale menos. Porquê? Pela invisibilidade dessas comunidades, porque são comunidades que sempre foram classificadas, sempre foram definidas pela ausência. A gente abomina o termo comunidade carente. Carente de que? Você fala: olha, comunidade carente de saneamento básico que muitas são; é uma comunidade carente de escolaridade, escolarização, por exemplo, de escolas; é uma comunidade carente de asfalto, de água, que qualifique qual seja, porque comunidade carente

você vai tirando a essência das pessoas que moram lá. Elas não são, lá não é o lugar da ausência, nem as pessoas são a negação da potência, negação do que se pode fazer e do que se faz. E aí, essa invisibilidade gera todo esse imaginário perverso contra a favela e contra a periferia. Produzir conhecimento é a melhor forma ou a melhor, não, desculpem, vou dizer, é uma das melhores formas de quebrar a invisibilidade. Quebrar invisibilidade para fora o imaginário da cidade. Quantas mídias nós conseguimos por causa do que a gente fez na Maré? Quantos parceiros nos procuram? Se tornaram parceiros, não eram parceiros. Quantas instituições nos procuraram? Universidade, Fiocruz, empresas privadas nos procuraram porque nós tínhamos o conhecimento sobre a Maré para compartilhar. Então quebra a invisibilidade para fora e o que é mais importante para dentro. Porque a gente se acostuma, a gente, me permitam, tá? Pelos trinta anos que eu trabalho em favela, estou com o pé quase todos os dias da minha vida na favela, então me permita falar “a gente”. Uma invisibilidade que a gente também está acostumado. Quando o morador ainda diz que mora em Bonsucesso, quando o morador ele não sabe, quando ele reproduz que o lugar dele é o lugar da carência e ele tem poucas oportunidades de parar e observar o que o lugar dele tem de potência, porque tem uma martelada na cabeça dele todos os dias. Quando ele sai da favela, ele vai para qualquer espaço da cidade e na mídia e, enfim, na política, uma martelada de que ele mora num lugar carente, de que ele mora num lugar da necessidade que ele mora num lugar da ausência. Então ele perde a percepção, ele tem enfraquecido a percepção de perceber o que ele tem ali de potência, o que ele tem de construído no seu lugar. Então, produzir conhecimento de qualquer forma de conhecimento, conhecimento do coletivo de cultura vai fazer, o artista que vai fotografar a sua favela e vai fazer uma exposição que seja dentro da própria favela, o documentarista que vai filmar, o poeta que vai escrever sobre a favela, qualquer forma de conhecimento quebra essa invisibilidade. Nosso trabalho foi parar na mão dos professores das escolas da Maré para darem aula com os dados da Maré para seus alunos, moradores da Maré. Esses professores, 90% deles não moram na Maré, nada sabem sobre a Maré, mas dão aula dentro da Maré para crianças e adolescentes moradoras da Maré. Nós fornecemos esse conhecimento para eles. Olha aqui, quer falar sobre a Maré, fale. Não foi só o censo Maré não, nós fizemos a cartografia também, fizemos o censo de empreendimentos econômicos, mas nós temos outros trabalhos, outros projetos que compõem essa cesta de conhecimento. O conhecimento das artes e da cultura são fundamentais, porque eles são o mais mobilizador de todos e o mais sensível.

Hugo Oliveira: Então, Dalcio, acho que fechar a sua fala com esses tópicos, para a gente é

muito importante, muito significativo, porque eu acho que foi o que inspirou a gente, né? Em determinado momento, onde socialmente, acho que ninguém sabia o que fazer, sobretudo os especialistas, né? A favela se levantou para poder dizer, olha, a gente tem aqui mecanismos e estratégias e tecnologias que historicamente a gente já vem utilizando desde lá dos mutirões dos nossos avós e tal, e outras maneiras também de poder se cuidar. Então acho que foi isso que nos deu essa força para olhar um para o outro e falar: bom, ou a gente vai morrer aqui esperando que alguém venha ajudar a gente ou então a gente pode olhar um para o outro, pegar na mão do outro e tentar sobreviver ou diminuir isso que vai acontecer, que já está posto aí. E aí quando a gente menos espera, a gente se surpreende também, porque isso também não está tão documentado, então não é tão fácil, apesar de a gente ter a prudência em outras favelas, hoje referências, mas essas referências elas não são martelados da mídia, então faz com que a nossa percepção por vezes fique turva. Mas a gente conseguiu. Tivemos o apoio da Fiocruz. E aí, entre todas as coisas que a gente realizou, a gente está aqui para apresentar o censo.

Dalcio Marinho: Uma coisa, para poder me despedir de vocês. Mas uma coisa assim, quando a gente fala abomino o termo “comunidade carente”, tem que qualificar. Carente de quê? Porque, por exemplo, qualquer condomínio de bairros de classe média, classe alta, tem uma carência absoluta de sociabilidade que a favela não tem. Esbanja, por exemplo. Então, todos os lugares tem suas carências, a gente precisa definir quais as carências de cada lugar. Eu moro, eu moro num prédio, apartamento de nove/dez andares, morreu o vizinho meu, eu vou ter que perguntar o porteiro quem era. Porque eu não sei nem o nome de todos os moradores do meu andar. Imagina se é possível acontecer numa favela, em hipótese alguma, né? Então quer dizer, onde eu moro tem uma carência enorme de sociabilidade. E crianças não brincam na rua. Bom, obrigado, obrigado mesmo. Eu vou ficar aqui até 20:30.

Hugo Oliveira: É muito importante a gente poder ter essas trocas entre favelas, eu acho que isso possibilita a gente poder enxergar onde a gente tem potências também, quais são as dificuldades que a gente está enfrentando para poder avançar. A gente vai falar um pouco agora da nossa experiência, está aqui o pessoal do NEGRAM e a gente tem aqui alguns slides para poder nos guiar também. E aí acho que nesse primeiro momento, poder falar para vocês que esse foi o primeiro pulso que a gente teve muito baseado em outras favelas, a gente trouxe em algum momento o material da favela da Maré, da favela da Cidade de Deus, da Rocinha, mas a gente também se inspirou em nós mesmos, porque a gente já tinha feito duas vezes um

censo que foi relacionado a Covid-19. Então aqui estão os dois principais momentos da equipe que a gente montou na época. A primeira foto, que está todo mundo ali paramentado, foi durante o período da pandemia. Isso, inclusive, eu acho que foi mais em março ou abril, não, março não, abril. Onde, é isso, a gente estava ali no largo, na praça do Cais do Valongo. Foi uma reunião num espaço público por todas as demandas que precisava naquele período de higiene e tal, e a segunda já é aqui nesse espaço, onde inclusive a gente vem ocupar com essa ideia de ser um espaço também para a própria Providência. Não sei se todos conhecem, estão habituados com esses dois prédios aqui, mas esses dois prédios, eles foram construídos em 2011, depois de um de um acidente que aconteceu com os comerciantes populares ali na Central do Brasil, então ele foi criado pelo Eduardo Paes para abrigar esses comerciantes populares, mas não levando em consideração que o fluxo que alimentava os trabalhadores para poder comprar era o terminal rodoviário Américo Fontenelle. Então isso aqui fica extremamente ocioso, hoje é ocupado, desde 2011, basicamente pelos comerciantes que são da própria Providência que atendem as próprias pessoas da Providência, porque é um lugar que está mais à margem da sociedade ainda da cidade. Fica num lugar de fluxo de trânsito, de de ônibus, super complicado. Bom, o que a gente tem ouvido aqui desde que a gente vem ocupando espaço, a ideia, o olhar para o equipamento ter mudado. Como vocês podem ver o espaço é ótimo, poderia estar sendo ainda melhor utilizado, mas é isso, demanda também investimento. Mas estamos aí. A gente preparou, diferente do que foi o primeiro momento que a gente fez com a Covid-19, nossa ideia era tentar municiar também os próprios pesquisadores que são moradores para que não pudesse replicar aquele molde tradicional de pesquisa, onde a pesquisa é toda produzida, né? O Alan Brum fala muito sobre isso, a diferença de projeto e processo onde o projeto todo é pensado num escritório de arquitetura e aí depois vai para campo, não, a gente pensou no processo. Nesse processo, inclusive foi muito mediado pelo pessoal do NEGRAM e aí a gente pensou nesses encontros. Nós tivemos basicamente oito encontros, fizemos o primeiro momento de boas-vindas, apresentou a equipe do NEGRAM, depois a gente teve uma mesa falando sobre ativismos sociais de base, comunitários de direitos humanos, com Shaolin, com a Daisy que estava trabalhando na Ação da Cidadania na época com o Cosme que é um

a liderança local aqui também. No terceiro encontro a gente falou um pouco mais sobre a importância das pesquisas nas favelas. Aí o Alan Brum trouxe a experiência dele lá do complexo da Maré, desculpa, do Alemão. E depois a gente falou um pouco também sobre letramento racial e a história mesmo da Providência. E aí o professor Renato Emerson e a Carolina Santos apresentaram um pouco dessa experiência que eles trabalham com essa

temática já há muito tempo e os outros encontros foram comigo, com a Edilma e com a equipe técnica do NEGRAM, a Stephanie participou, Reginaldo, que está aqui também, não, Reginaldo, não, Reginaldo não está aqui. A gente falou mais sobre qual era o aplicativo que a gente ia utilizar, qual era a metodologia, a ferramenta, os instrumentos, né? Eles trouxeram os mapas, então foi um outro momento que a gente teve também de escolher. Aqui estão algumas fotos dessas experiências. A gente já tinha dividido território nos dois períodos da Covid-19. Ah, esse bom, cadê? O do meio ali é o professor Renato e aquele lá é o Reginaldo que eu tinha falado estava aqui e não está. Ah, a Stephanie está aqui também, ela mediou algumas das experiências. A Shaolin que está ali do lado, a Daisy, Alan, a equipe toda, depois de uma experiência com a Ação da Cidadania, onde a gente, após um apoio que eles cederam para a gente, a gente incluiu a categoria de segurança alimentar que para gente era muito importante, sobretudo porque eles estão muito próximos da gente. A gente acabou se tornando Comitê para poder receber esses alimentos também. Então, como a gente já tinha um recorte territorial ajudava a poder fazer essas entregas e aí depois a gente começou a trabalhar a parte mais de mapa e a cartografia, pensar esses questionários. Então, quando a gente pega, por exemplo, o material da Maré, isso foi para a gente uma possibilidade de poder entender o que é que de fato a gente queria pensar para a Providência. Porque até então a gente via o IBGE falando de uma ideia mais macro, a gente tinha aqui algumas coisas que a gente achava que era importante e aí fomos para o debate com todo mundo junto, com o pessoal do NEGRAM nos auxiliando nesse processo. Alguns desses encontros precisaram ser online com a equipe do NEGRAM em casa e a gente aqui. E aí, aqui tem alguns, alguns dos blocos e aí eu vou falar rapidamente só para vocês terem uma noção, porque talvez a gente não consiga se aprofundar na análise toda, porque gerou um texto enorme de mais de 80 páginas. E aí a gente trouxe aqui alguns índices para poder compartilhar com o morro. A gente falou um pouco sobre nesse primeiro momento, ali na selagem, inclusive isso aqui era como aparecia no próprio Kobo. Não sei se todo mundo está familiarizado com a ferramenta Kobo. Não, né? Tá. O kobo é uma ferramenta de levantamento de dados, daqui a pouco a gente vai falar um pouco, vou passar sobre isto, tá? Então daqui a pouco eu falo, mas eles vão aparecer dentro desses formatos aqui para os pesquisadores na época. A gente debateu esses temas e aí eles vão aparecer. Então no primeiro bloco vai aparecer a identificação e o domicílio. No segundo bloco tem ali as informações sobre moradores, condição de moradia; quanto tempo você mora nessa localidade; na pandemia, se você teve algum prejuízo de escolarização; quantas pessoas moram na sua moradia; gênero de morador; se você morou em algum lugar antes de vir para a Providência; nível de educação, enfim. No bloco de saúde teve perguntas como: houve algum

falecimento por parte da Covid-19 na sua família; qual foi o motivo específico; quem preside o o seu domicílio; ele possui marcas de vitiligo. Ah, foi um tema importante que a gente pensou também para a Providência, porque a gente identificou que determinadas áreas tinham uma incidência maior de pessoas com vitiligo e de tuberculose. Então na época, os moradores-pesquisadores falaram, olha, isso é importante a gente entender, porque tem muita gente ali naquela área que tem vitiligo e muita gente dessa área que tem tuberculose. Então a gente trouxe isso para saber se isso, inclusive em outras partes do território. Quantas pessoas tomaram a vacina, as três doses da vacina. Enfim, mais perguntas sobre domicílio: você tem algum tipo de documento de propriedade desse domicílio; qual foi a forma de aquisição; quantos cômodos possui na sua casa; qual é a condição de ocupação dessa casa. No bloco cinco, serviços de utilidade pública: de que forma é feito a coleta de lixo; se tem ou não o banheiro; se os moradores desse domicílio recebem correspondência em casa. Enfim, perguntas relacionadas ao domicílio, né? Com qual frequência ocorre a coleta de lixo no seu domicílio. E aí vale ressaltar que a Providência ela tem algumas entradas que passam o carro, que chega ali o carro do lixo, o caminhão e outras que são mais adensadas, que são as partes mais para cima que você precisa, é o que a Comlurb chama de arrasto. Você precisa levar até um determinado local para que eles possam retirar, enfim. Trabalho e renda. Está todo mundo me ouvindo? Estou falando baixo? Tá, eu vou tentar falar mais alto, beleza. Trabalho: se nesse domicílio, se alguém receber ou recebe alguma renda de programa social; se tem alguma pessoa que está em situação de atual emprego; se você realiza alguma atividade de trabalho na sua própria casa. Na parte de segurança alimentar, e aí foi, enfim, a gente, inclusive na parte de segurança alimentar, pegou um método específico de segurança alimentar. Como é que chama? [Não identificado] que é um mecanismo específico que a Ação da Cidadania utiliza, baseado em tese, de mestrado, doutorado para trabalhar segurança alimentar nos seus variados níveis. E aí, nas outras associativismo, então, a gente identificou qual era a religião das pessoas do território, se na sua própria residência você tinha, fazia parte de alguma relação de mobilização social também. No bloco 9, era para o próprio pesquisador também responder. A rua, beco ou viela, onde localiza o domicílio é pavimentada; o domicílio está legalizado; onde ele está localizado. Isso aqui era um dado que ajudava também a gente entender onde aquele questionário estava sendo respondido e um outro ponto também, que era importante era que esse mapeamento que estava sendo realizado, ele tinha um georreferenciamento. Então você tinha uma marca para a gente poder identificar aonde aquele questionário tava sendo respondido dentro de todo o mapa que a gente teve, porque era uma preocupação que a gente tinha também de ter todos esses dados e depois para lembrar quem

é a casa 1, quem é casa 2, onde está. Então a gente tem aí, daqui a pouco a gente vai mostrar um pouco mais, mas essa aqui é a ferramenta Kobo. Quer falar?

Régis Coli: Não, é só para destacar que a gente acabou compondo esse conjunto de questões baseado, é claro, a experiência da Maré foi uma inspiração para a gente, mas a gente também tomou como referência os questionários do IBGE. Então, aquelas perguntas, elas têm muito a ver também com perguntas que costumam ser feitas pelo IBGE, mas ao mesmo tempo, também tentando incorporar preocupações dos moradores aqui da Providência. Então, quando o Hugo falou, por exemplo, sobre a questão do vitiligo, isso apareceu numa conversa nossa quando a gente estava falando do Covid e acho que foi a dona Edilma que chegou e falou: olha, o pessoal aqui tem notado que tem parecido muito questões relacionadas ao vitiligo, que é aquela doença de despigmentação da pele. E então? Então, vamos incluir no questionário, né? Aí apareceu a questão da Ação da Cidadania com essa preocupação mais direcionada para segurança alimentar. Então a gente tenta incorporar, a gente incorpora a preocupação e a ênfase na questão da segurança e ou da insegurança alimentar nesse método que divide em alguns níveis que vai da segurança até aquela insegurança alimentar grave. Então assim, nesse primeiro momento, o que a gente pensa, né? Só falando um pouquinho da gente, a gente faz parte, NEGRAM, eu tenho vínculo com o NEGRAM, mas assim, tanto o Renato quanto eu, a gente faz parte de um instituto que é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, que é um instituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro dedicado a questões urbanas e que busca pensar formas de planejamento. Geralmente o planejamento tradicional quem faz é o estado. O estado chega lá, então é assim, assado, que a gente vai organizar esse território e as pessoas que vivem no território não tem voz. Não tem protagonismo para dizer o que é que eles querem das suas comunidades. Não tem protagonismo para dizer como eles pensam a sua situação atual, a situação futura da sua comunidade, se eles querem um hospital, se eles querem uma creche, uma quadra de esportes. E o nosso trabalho lá no nosso laboratório, a gente tem um laboratório, essas coisas de universidade. Temos um laboratório chamado Estado, Território, Trabalho e Natureza, que abarca justamente o NEGRAM e um outro Núcleo que eu faço parte, que é o núcleo experimental, e o Renato também, a gente está sempre fazendo coisas conjuntas, que é o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual. Ou seja, a gente busca abordar também contextos em que as pessoas acabam tendo que pensar o seu território num contexto de ameaça, num contexto de conflito. Talvez você já tenha ouvido falar da Vila Autódromo que foi quase toda removida no período das Olimpíadas, né? A situação do pessoal das Vargens, que

está sendo várias áreas ameaçadas de remoção por conta da expansão do capital imobiliário dos projetos da prefeitura. A gente busca trabalhar justamente nessas situações, onde as pessoas têm alguma urgência. Não era exatamente esse o caso aqui, mas a gente achou que também a gente podia combinar esse conjunto de conhecimentos no sentido de dar o protagonismo às pessoas que vivem no território para que elas possam dizer o que elas querem daquele território, para que aquilo que a gente produz seja um produto que instrumente a luta política, a luta para permanecer naquele território, a luta para acessar melhores serviços públicos, a luta por equipamentos públicos. E nisso a gente acredita que o protagonismo das pessoas é absolutamente fundamental. Então, por isso, nesse primeiro momento da organização do censo a gente já começou a tentar incorporar, claro, as preocupações de vocês. E na medida que a gente foi avançando a gente tentou com a cartografia social envolver vocês na própria leitura do território e na própria marcação do que vocês desejavam para aquele território. Então a gente acredita muito no protagonismo das pessoas que vivem no território e que têm plena capacidade de dizer o que desejam e que têm plena capacidade de instrumentalizar. O nosso papel aqui é tentar ajudar com essa nossa formação. Eles são geógrafos, eu sou sociólogo, Renato é geógrafo, Stephanie da arquitetura, Reginaldo, arquiteto urbanista, enfim. A gente tenta de alguma maneira combinar aquilo que a gente aprendeu na universidade para apoiar, para tentar dar uma força para que vocês possam dizer aquilo que vocês desejam desse território, porque é isso que a gente acredita, que todas as pessoas têm plena capacidade de dizer o que querem do seu bairro, da sua comunidade, né? E com isso, com isso que a gente produz, como disse o Dalcio, aquilo é só o começo. A gente pega isso aí e vai fazer a disputa. Em muitos casos, as nossas, a gente fez planos populares, por exemplo, como da Vila Autódromo, que evitaram, digamos assim, o pior. A remoção aconteceu em grande medida, mas a gente mostrou com a linguagem que a prefeitura usava a partir da perspectiva dos moradores, que era totalmente desnecessária aquela remoção que o Parque Olímpico podia ter ficado ali e mantendo a comunidade e mantendo as obras das Olimpíadas. Então, a nossa ideia é essa, a partir da, claro, a gente tem algumas preocupações em relação às informações e a forma como a gente coleta essas informações. Então, por isso a gente usou, por exemplo, o Kobo. O Kobo permitiu a gente escapar um pouco dessas bases de dados que são controladas principalmente pelo Google e pela Amazon. A gente sabe, qualquer coisa que a gente posta ali vai parar na base do Google. Se você pedir para o Google o mapa de por onde você caminhou nos últimos três meses, ele vai te dar o mapa de todos os lugares que você esteve nesses últimos três meses. A gente não quer ser, a gente fica meio assim deles saberem tanta coisa da gente.

Hugo Oliveira: Também tem uma coisa. A gente tinha feito os dois primeiros mapeamentos da Covid-19, utilizando o formulário Google e a gente ia começar a trabalhar com dados muito mais sensíveis dos moradores. A gente obviamente tinha entendido também outros históricos da ideia de lideranças de favela que sofreram algum tipo de retaliação, uma vez que esses dados começavam a ser levantados. Então, assim, a gente sabe que o ambiente como o nosso tem ali uma série de atores que estão disputando o território, então a gente queria salvaguardar a nossa vida, a vida das pessoas que estavam trabalhando conosco, porque é uma responsabilidade muito grande, e pegar e utilizar esses dados para os fins que eles têm, que é a luta por direito, pela dignidade das pessoas. Então, quando a gente começou a discutir sobre a possibilidade de poder fazer esse levantamento em algumas ferramentas, a Stephanie, se eu não me engano, foi quem apresentou para a gente o Kobo. E aí a gente viu que era uma ferramenta acessível, fácil, apresentamos para os pesquisadores da época e aí eles também por ter uma facilidade muito próxima da linguagem do próprio celular eles acharam que seria possível assim. Ainda tinha uma coisa que é mais legal, a gente conseguia acessar pelo computador e aí conseguia fazer esse levantamento que eles estavam puxando em campo e a gente conseguia ter uma métrica daqui do escritório, dividia um pouco mais. A Alessandra fez a supervisão, está pedindo para falar ali.

Alessandra: Só queria pontuar que essa ferramenta, Kobo, chegou para ajudar para ter embasamento, com mais propriedade para a gente poder estar falando. Eu tinha tido contato na Redes da Maré, porque eu também fiz parte, eu fui da equipe de segurança pública e acesso à justiça como estagiária de Serviço Social e aí eu trago um pouco dessa experiência também de campo. Você falou aí dos dados do “De olho na Covid”, antes eram os dados do Maré de Direitos, né? Ainda tem, é o “De olho na Maré”. E aí, o que que acontece para nossa equipe, para mim, por exemplo, que tive um, eu tinha tido esse contato na Maré e cheguei aqui na equipe e vi que o NEGRAM, junto com a coordenação, apresentou essa ferramenta também para ser trabalhado aqui na Providência, eu pensei assim, porque é uma referência, a Redes em construção assim, coleta de dados, pensei “caraca, o trabalho está sério mesmo”, porque ter acesso a uma ferramenta dessa nas nossas mãos e eu ter visto que isso deu muito certo lá na Maré eu também participei da pesquisa de primeira infância que também foi com esse sistema e aí eu falei, cara, estamos no caminho certo, né? E aí, assim, queria só pontuar isso que essa, como é que a gente fala, essa troca com a Maré, essa conexão sempre ela está presente, latente na nossa caminhada do mapeamento também, do nosso mapeamento aqui

da Providência.

Hugo Oliveira: É muito emocionante ouvir isso que a Alessandra está falando, porque a gente, a gente está no centro da cidade do Rio de Janeiro e por vezes, quando a gente vai conversar com outras favelas as pessoas sempre acham que a Providência está privilegiada, que a gente, enfim tá aqui, tem um certo controle da violência e tal que não é o histórico da Providência, né? Sempre foi muito complicado, mas é isso que a Alessandra está falando. Como é que a utilização, por exemplo, de uma ferramenta, uma experiência que ela teve num outro lugar, isso empodera para ela poder olhar para a gente e a gente poder olhar para a gente e falar, caraca, que legal que está tendo isso aqui, porque isso estava sendo novo para a gente também. Ter o NEGRAM chegando e olhando para a gente, então acho que é um processo, por exemplo, a Maré viveu isso lá nos seus primórdios, mas isso para gente é muito, é muito emocionante, porque era a certeza de que a gente estava tendo credibilidade. Durante o processo teve suas dificuldades que a gente vai enfrentando, mas é muito, muito legal assim poder saber que a gente estava num caminho certo, de que a gente está querendo produzir alguma coisa com seriedade, sabe? Porque nem todo mundo consegue compreender quando a gente está produzindo essas coisas. As pessoas precisam de coisas mais práticas, táteis, né? Quando a barriga bate a fome, irmão, eu preciso me alimentar. Que negócio de dado, de levantamento de dado, o que que esses caras estão fazendo? Por que os moradores estão no meio da rua de novo depois de não sei mais quantas pesquisas que já tinham sido feitas aqui? A gente nem publicou nossa pesquisa, “ah, estamos indo a campo”, porque já tinha passado o Instituto Pereira Passos, já tinha passado o Morar da Secretaria do estado, aí o pessoal do Gerando Favores também estava fazendo mais uma. Tinha mais uma. A gente era tipo a quinta, assim, e a diferença era que a gente era os próprios moradores e eu acho que esse foi o nosso diferencial, porque eles já não aguentavam mais responder questionários, perguntas, mas enfim. Essa aqui é a cara interna do Kobo e aqui essas letrinhas aqui são as iniciais dos pesquisadores. A gente conseguia acessar pelas abas ali o formulário, as perguntas, cada dado que a gente tinha, inclusive por áreas, dava para você fazer um certo recorte. Ele já te entrega em alguns formatos específicos, por pizza assim sabe ou em escala. Então, isso é legal, isso é uma ferramenta que foi muito importante. Essa ferramenta também nos permitia e nos possibilitava fazer um georreferenciamento. Então esse aqui foi o primeiro dia que a gente foi a campo tentar entender como é que estava a calibragem, a calibragem desse georreferenciamento. Então, a gente georreferenciava, por exemplo, aqui na praça aqui em cima, que é a [não identificado], que é onde está essa foto, é bem perto daqui, E aí, por vezes

no aplicativo está aparecendo lá na Baía de Guanabara ou na... é em outros lugares assim. Aí o pessoal da equipe foi entendendo para poder ajustar para essa calibragem ficar mais próxima. A gente não conseguiu fazer perfeitamente nas casas dos moradores, mas fica muito, muito próximo com os questionários que cada um está fazendo ali. Então a gente consegue ter as amostras por áreas, sabe? Isso foi muito importante. Aqui é uma outra ferramenta, que eram os cadernos de selagem. Então, a gente tinha todo o território, esse território, ele foi dividido, como vocês podem ver ali naquela primeira foto, lá em diversas áreas e aí cada morador, cada dupla de morador ficava com uma área específica. Então você tinha como se fosse um zoom para poder esse morador fazer o levantamento daquelas casas ali, inclusive fazer essa varredura, digamos assim, fazer essa cobertura. Não, esse pedaço, a área um foi quase toda já feita, a área 2 não foi feita ainda, sabe? Então isso ajudava a gente a ter uma dimensão maior e sem falar que os próprios moradores eram muito, são muito conhecedores das áreas, então isso ajudava. Quando tinha algum problema, inclusive. Ah, uma outra coisa que eu esqueci de falar, o Kobo ele funciona offline. Isso é uma diferença assim colossal, porque a gente está falando de recursos, era menos custos para fazer esse levantamento de dados. A gente precisava estar mostrando tudo para Fiocruz o que a gente fazia. Então a gente estava pagando na época a internet e aí todo mundo vinha para cá e aí depois de ter preenchido todos os levantamentos ali, os questionários, ficava no Kobo, aí chegava aqui, eles subiam para a plataforma. E aí a gente conseguia fazer a anexação desses materiais e depois o pessoal que vinha, uma outra equipe, para trabalhar esses dados. Mas ali tem duas fotografias: uma da amostra do mapa maior, grandão; e aqui, por uma área, uma regionalização, uma área mais próxima também.

Júlio: Esse caderno de selagem que o Hugo mostrou ali foi esse recurso que a gente utilizou para tentar resolver esse problema da calibragem do GPS, né? A gente conversou com os parceiros também que cedeu esse material para gente que foi a Fiocruz. A Fiocruz não, desculpa, o IPP, o Instituto Pereira Passos, que por esse mapa de selagem fez a gente realmente corrigir a defasagem da localização do GPS no aplicativo. Tem o mapa de selagem preenchido. Muito bom ver aqui a Leda, Eliana, Matheus, Bruno. Bruno, que fez, estava aí. Era isso, eles iam marcando, não, a selagem, o GPS está dando aqui, mas não é aqui. O mapa de selagem é aqui. Aí o Paul fazia muito isso. Não, sabe que essa casa é aqui.

Alessandra: Ficou tão especializado que ele entrou para a faculdade, né, de Geografia.

Júlio: Ah, que maneiro! Interessante! Ele estava num processo, né. É isso. Assim, a gente contou com esse auxílio, né? Auxílio, não, o que é demais, fundamental, que é o conhecimento de vocês assim. Não, esse beco é aqui, essa casa é aqui. E aí esses atores se articulando, né? O Censo Maré fundamental, mas o IPP também forneceu.

Alessandra: São lugares que muitas das vezes os pesquisadores do próprio IBGE não conseguem alcançar. Talvez por receio, por não conhecer muito bem o território, não conhecer muita dinâmica que atravessam a vida dos moradores, né? Então, assim, nesse sentido, essa ferramenta também ajudou muito no campo e até o morador mesmo de conhecer o território e a gente saber onde os pesquisadores, inclusive do IBGE, não iriam caminhar, então os nossos pés estavam lá, entendeu?

Júlio: Agora impressionante o tanto que a gente conseguiu acompanhar o trabalho da Alessandra, todo mundo, conhecer o [não identificado]. E esse processo da parceria, da identificação dos moradores também né? Que é isso, o governo Bolsonaro talvez tenha sido o divisor de águas no receio, no receio das pessoas de receber funcionário do IBGE, de responder as perguntas e aqui esse diferencial, os moradores do território, sobrinho de fulano, filho de fulano, morador daqui fazendo essa, foi importante para esse processo de confiança mesmo. Então é isso, fico feliz de ver vocês aqui.

Hugo Oliveira: Para dentro da favela a gente não é... eu não sou o Hugo Oliveira, né? Eu sou o neto da dona Maria, o filho do Suede, o sobrinho da Edilma. A Alessandra companheira do Negão, sabe? Então isso é um diferencial que a gente nem consegue tangibilizar muito bem, né?

Público: Por ser mais conhecido na nossa comunidade, era mais fácil a gente conseguir a resposta dos moradores, porque muitos não respondiam o IBGE, muita gente não respondia na nossa comunidade.

Hugo Oliveira: E esse é o Qfield que também foi uma outra ferramenta que a gente usou, que nos auxiliou nesse processo. Aí está aqui, o caderno do mapa de selagem mais fácil para, com uma qualidade maior para que vocês possam ver e fazer esse...

Júlio: Só uma coisa. Esse caderno do mapa de selagem tem dez áreas, né? E aí essas dez

áreas, elas foram feitas aqui assim, foram divididas aqui. Um processo de regionalização que os moradores-monitores, né?

Régis Coli: Foi aquela foto lá que mostrou antes que o pessoal estava marcando. A gente colocou tudo aqui assim. Ah, é essa aqui, é isso aí.

Júlio: Esse foi o processo de seleção do território em dez áreas. E aí, assim, é um processo de apropriação mesmo desse grupo dos moradores-monitores do comitê do território, assim, de entender como é que vocês entendem o que é a Providência, como é que vocês entendem o que é o complexo da Providência. Eu acho que isso foi fundamental, assim. Ó Pedra Lisa para a gente faz parte do complexo da Providência como do outro lado lá da Presidente Vargas é também parte do complexo da Providência. Então é um processo de identificação e regionalização, só esse mapa, só essa experiência produziu assim. É um mapa realmente inédito nesse sentido, de ser uma apropriação de moradores. Não, aqui o poder público não reconhece o que incorre, por exemplo, talvez enquanto complexo, parte da Providência. Mas esse grupo, o grupo daqui falou que se tiver política pública para aqui, tem que ter política pública para lá, tem que ter política pública para a região da Pedra Lisa, enfim, que a gente foi lá, né? Um dos campos lá.

Diego Rodrigues: que inclusive, né? Essa questão da regionalização decidida pelos moradores está incluída na categoria automapeamento que a gente falou um pouco até agora. O automapeamento inclui dois processos. Um esse da eleição, fronteirização feita pelos moradores, tanto desse complexo, como das áreas, da subdivisão de áreas para atuação dos recenseadores daqui da Providência, inclusive, a toponomização também compõe essa questão do automapeamento. Quando muitas ruas, vielas não tinham nomes, né Edilma, a gente foi atrás do carteiro da comunidade, da menina da Clínica da Família, para ir nomeando as regiões e palmeando mesmo, porque, assim, muitos dos MMs [moradores-monitores], muitos não têm uma visão muito global também da comunidade, conhecem muitas suas respectivas áreas. A outra parte do automapeamento, ele é reflexo, do automapeamento não. O automapeamento é reflexo da utilização dos dados censitários já. Quando a gente já tem esses dados, a gente faz os mapas temáticos que a gente vai ver posteriormente, então tem essas duas fases do automapeamento, né, da construção pelos próprios moradores do que vai ser mapeado e desses mapas temáticos frutos dos dados censitários.

Hugo Oliveira: A gente está falando sobre o censo, mas na verdade a gente produziu três materiais: o censo, depois a gente fez o automapeamento e uma cartografia social também que aí é essa última parte aqui. Também foi o momento onde a gente produziu em parceria com os próprios moradores, que a ideia era entender um pouco melhor sobre como é que eles enxergavam o próprio morro para além das perguntas que são mais técnicas. Então a gente se baseou nessas seis perguntas aqui: o que você conheceu de novo do território através do recenseamento; se você fosse trazer uma pessoa querida para apresentar a Providência o que você mostraria; por onde você circula no território; o que você sente falta no território; o que existe no território que pode ajudar a resolver esses problemas; e o que você colocaria no mapa futuro da Providência? E aí essas perguntas elas iam sendo respondidas e a gente foi criando esse mapa baseado nesse mapa, um dos mapas que a gente já tinha, a gente colocou esse papel, como é que chama papel? Papel de arroz? Papel manteiga e aí a gente foi criando esses pontos onde são já bastante referenciados aqui dentro da Providência, pontos sensíveis para gente que vai desde, sei lá, do bar da Jura que é super famoso, super conhecido, mas o mirante que tinha sido visitado pela primeira vez pelo pessoal do NEGRAM que era na casa em cima da casa da Cauana que é ali em cima também, que era um ponto estratégico também. Eles pegaram um cair do sol assim que foi apaixonante, todo mundo voltou, apesar do cansaço, falando, caraca, a gente foi no ponto alto, incrível, tem que mais as pessoas irem lá, enfim. Vários outros pontos que foram sendo marcados, né? Aí, aqui tem alguns levantamentos. Quer falar?

Régis Coli: Não, só assim, eu acho interessante dessa experiência que a gente teve, esse processo que foi incorporando cada vez mais a apropriação do território, por parte de quem compôs a experiência, né? Ou seja, a gente começa com um censo, a experiência de circular muito no território, ou seja, como o Diego estava falando, às vezes o pessoal conhecia mais a sua região, mas acabaram circulando e em certo sentido, entendendo e tendo uma facilidade muito maior de se localizar no mapa quando a gente começou a preparar também os processos de automapeamento. E aí aquela história, se não tem nome de rua, são vocês que vão dar o nome. São vocês que vão dizer qual o nome daquela rua, vamos decidir isso coletivamente, né? Vamos perguntar para as pessoas, não é?

Alessandra: Nós perguntávamos para o próprio morador da rua. Tem que respeitar o morador da rua, aqueles moradores que moram ali que tem que dar o nome. Quem somos nós?

Hugo Oliveira: A árvore do museu foi muito isso, né?

Dalcio Marinho: Aconteceu isso com a gente na Maré. Oitocentos e quinze logradouros, cento e cinco estavam sem nome. E aí uma sugestão para vocês agora, façam a plaquinha e botem lá nessa rua que tem o nome escolhido pelos moradores. Façam a placa e botem lá. A gente fez, a gente fez essas placas da nossa oficina de azulejaria com as crianças e jovens e adolescentes da Maré.

Régis Coli: E aí, o processo da cartografia ficou mais facilitado, porque a gente já vinha ocupando essa experiência no território de vocês, já tinham circulado, já tinham se localizado naquelas oficinas que a gente fazia cada um se marcando. Aí foi ficando cada vez mais fácil e aí a gente chega na cartografia social. Ou seja, aqui é uma proposta no qual as pessoas que participam são os cartógrafos, são aqueles que fazem o mapa.

Alessandra: Sacanagem com quem não sabe desenhar, né?

Régis Colis: Não, mas a gente deu um jeito. Você lembra que a gente deu um jeito aqui votando e cada um foi marcando junto, colocamos aquelas perguntas, né, que acabou produzindo o mapa da visão dos crias que buscava destacar justamente os pontos que são importantes que são significativos para vocês aqui no território. A gente propôs também, a gente um dia pretende quem sabe completar essa experiência com o mapa do futuro, por que o mapa do futuro? Como é que eu quero a minha comunidade, o meu bairro, o meu local de moradia no futuro? O que é que eu posso vislumbrar e colocar ali? Olha, aqui eu queria uma creche, aqui eu queria uma quadra poliesportiva, aqui eu queria uma biblioteca, aqui eu queria um centro cultural. Ou seja, vocês estão exercendo assim é um poder de planejar, de vislumbrar o futuro e de colocar aquilo naquele território. Isso aqui serve de demanda, gente. A gente pode pegar um mapa desse e falar, olha só, a população está sentindo falta desses equipamentos aqui no território, são esses os desejos, as necessidades que estão colocadas aqui nesse mapa, que é o que efetivamente a população quer. Isso é exercer a cidadania ou pelo menos deveria, né? Pelo menos deveria, né? Para gente não ficar à revelia dos grandes projetos de prefeitura, governo do estado, enfim, sem que a gente seja consultado, sem que a gente tenha qualquer ingerência sobre essas decisões. Então a gente quer fortalecer sempre a capacidade decisória das pessoas que estão ali vivendo o cotidiano, estão vivendo o território e que para a gente tem o pleno direito de também dizer o que é que elas querem das suas comunidades.

Hugo Oliveira: Eu vou avançar, porque, enfim, o tempo urge, né? Vamos, vamos acelerar isso.

Richarlls Martins: Eu queria só dizer, porque eu tenho que sair. Boa noite, eu sou Richarlls, eu sou da Fundação Oswaldo Cruz, da Fiocruz, e coordenador executivo do Plano Integrado de Saúde nas favelas do Rio de Janeiro. Eu queria primeiro parabenizar, mais uma vez, o SOS Providência, a Galeria Providência por essa ação do projeto apoiado pela Fiocruz. Essa foi uma das ações que a gente teve muito carinho e tentou, na medida do possível, fomentar, flexibilizar, entender as dificuldades de território, por entender que o território é dinâmico, das complexidades da produção de dados a partir da vivência local. Então, a gente teve muito carinho, por tudo que está sendo apresentado aqui e eu queria fazer cinco comentários muito rápidos. O primeiro é que eu acho que tão importante quanto o mapa físico, a cartografia apresentada, o mapa do futuro, é a produção do processo. Eu acho que isso é muito legal de estar sendo falado, porque até agora eu queria saber quantas pessoas tem na Providência. Em última análise temos o censo e essa informação ainda não chegou, mas tão importante ou até mais do que isso, é a gente entender como a gente conseguiu, como vocês conseguiram chegar nessa construção. Então, queria muito dizer que, de fato, a gente precisa de um seminário ampliado para discutir as construções dos processos que se deram para além dos dados e dos resultados em si. A segunda questão que eu queria trazer para além de parabenizar, e eu vou ser muito rápido, é dizer que a gente tem se aproximado muito do IBGE ultimamente. O IBGE também tem feito muitos movimentos de aproximação junto à Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz, para rediscutir e ampliar o processo de parcerias com relação à própria composição, nomenclatura, do que a gente pensa o que é favela a partir das informações oficiais. E a gente tem um grupo de trabalho, a gente tem participado desse processo. Teve um encontro nacional há menos de dois meses atrás, em Brasília, em que nós estivemos discutindo essa agenda.

Hugo Oliveira: O aglomerado subnormal caiu, né?

Richarlls Martins: Eu acho que essa é a única certeza que a gente tem, né, de que aglomerados subnormais não nos representam e essa é uma certeza dentro do IBGE, inclusive. E as possíveis nomenclaturas para se definir favelas já começam com favelas no nome. Então eu acho que isso é um avanço conceitual e político e muito a partir das demandas das populações de favela do Brasil inteiro, sejam favela ou outras nomenclaturas de autodenominação do que a gente entende como favela aqui no Rio de Janeiro. E a partir disso

eu queria sugerir para a gente fazer um movimento e a Fiocruz pode fazer esse movimento, né, de induzir um diálogo com o IBGE para a gente poder apresentar dados como o Censo da Providência e iniciativas como o Plano de Ação do Alemão e por que que eu estou sinalizando isso? Eu estava aqui recebendo mensagem do Marcelo Burgos, um docente das Ciências Sociais da PUC do Rio de Janeiro pedindo os dados porque tem um coletivo muito significativo na Rocinha querendo fazer a mesma ação da produção de um censo Rocinha. Então a gente tem iniciativas, já tiveram outros que já nos procuraram no contexto do Plano de Saúde Integrado Favelas da Fiocruz para apoiar iniciativas como essa, que tenham um foco mais diretamente para diagnosticar as demandas de saúde a partir das populações de algumas favelas. Então a gente tem interesse em apoiar iniciativas como essa e a gente pode induzir, quer induzir um diálogo com o IBGE formalmente, a gerência de Geociências, a galera para pensar essas aproximações da produção de dados a partir dos territórios de base populares. Então eu acho que fica aqui uma contribuição nossa, então a gente se coloca disponível para fazer esse meio de campo. Então para o ano que vem que é amanhã, a gente produzir esse encontro e da nossa parte a gente coloca esse lugar Fiocruz para fazer essa mediação, apresentar os dados do censo e outras iniciativas de mapeamento popular que a gente tem diagnosticado aqui no Rio de Janeiro para ver o que que a gente pode disso subtrair e pensar ações coletivas, esse de um lado o institucional. E aí eu vou pedir para não gravar. Se der para não gravar agora. [Gravação interrompida] Finalizo dizendo assim com muito carinho só parabenizar. Muito bom ter o NEGRAM nessa parceria, a UFRJ é parceira institucional formal dessa agenda e é muito bom ver também a concretização da UFRJ a partir de seus laboratórios, institutos elementares junto a cada um dos projetos.

Hugo Oliveira: Agora a UERJ também.

Richarlls Martins: A UERJ também. Eu vim da UERJ. Eu estava na UERJ, no nono andar com o pessoal da Ciências Sociais lá que é parceiro, o Cidades é parceiro do projeto da FASE. Isso é muito legal, né, como é que a gente tem conseguido envolver com muita qualidade as universidades, os Institutos federais na construção dessa agenda. Então, eu quero muito parabenizar, porque eu acho que o mais legal é que a gente tem conseguido produzir de fato essa articulação profissional com as organizações da sociedade civil na construção desse processo. Então, muitos parabéns. Eu vou ler cada um desses dados, até porque o Marcelo Burgos mandou e-mail e eu já respondi pedindo para vocês enviarem. Então, contem conosco e vamos organizar para os primeiros dois ou três meses do ano um encontro com o IBGE para

a gente apresentar isso e quem sabe poder fazer isso junto com o Dicionário fazer uma grande mostra da produção de dados, um grande seminário para que a gente consiga evidenciar essas experiências. Então, da nossa parte tem financiamento para apoiar essa agenda, um grande seminário, uma grande mostra para visibilizar e trazer a galera, porque foi muito legal essa experiência de trazer a galera para ver o reflexo do trabalho.

Hugo Oliveira: Bom, vou passar bem rápido então, para que a gente possa vir tentar aproveitar. Essa parte da definição diário que a gente já falou aqui tem um pouco de como ficam algumas amostras no mapa. Dentro dessas seis áreas, aqui está a legenda de quem respondeu, de quem não. Oi? É que o pessoal está aí já daqui a pouco precisa ir também, né? Mas beleza, vai estar disponível. A gente vai colocar na bio lá do próprio do Instagram para vocês poderem acessar a apresentação e também um relatório que acho que fica mais fácil da leitura, né? Mas é isso, então a gente foi em 146 estabelecimentos comerciais, visitamos 52% dos domicílios da Providência e as unidades habitacionais foram 2.897, questionários respondidos foram 1.456 num contingente populacional de 3.965. Ou seja, baseado no censo de 2010 nesse contingente populacional, ali a gente conseguiu ser um número um pouco maior do que o do próprio do próprio IBGE. Então, aqui também tem uma leitura de gráfico do tempo que a gente levou para poder fazer esses levantamentos e a quantidade de pessoas que estavam em casa, que recusaram e de questionários respondidos também. Aqui tem relação com as toponímias que o Diego estava falando, né? Para quem não entende, toponímia é o nome das ruas que a gente colocou em algumas. Alguns levantamentos que a gente fez. Aí a gente ia conseguindo contabilizar por semana a quantidade de questionário que diziam que estavam sendo respondidos. Aqui não tem as totais, as dez semanas, porque a gente precisou avançar, mas a primeira semana foram 400, a segunda, 421, depois diminuiu, depois aumentou e assim sucessivamente por semana, os questionários iam sendo respondidos. E aí aqui tem um resumo de alguns dados sobre a Providência, né? Então a gente identificou que 28%, quase 29% das pessoas, quase 1/3 das pessoas tiveram Covid, quase 1/3 desses lares. 65% de moradores da Providência são negros, autodeclarados negros ou pardos também, né? Acho que esse é um dado, sobretudo quando a gente pensa na pequena África, na discussão de um território que é preto e tal não sei o que. Onde está isso no Porto Maravilha? Porque ali só tem museu. Onde está isso na roda gigante? Então a população, quando a gente pensa pequena África, que é essa ideia de que o Heitor dos Prazeres falou e que até o Estácio, hoje ela se concentra nesse local aqui que é o morro da Providência, Pedra Lisa, King Kong, todo esse pedaço. 37% dos moradores estavam desempregados na época da pesquisa, ou seja, a dificuldade de acessar emprego muito grande, sem chance. 66% dos moradores são mulheres.

Ou seja, se a gente fosse fazer um desenho o morro teria cara preta e feminina. Foram identificados que 70% dos lares estavam com algum tipo de insegurança alimentar ou grave ou média ou leve, o que para a gente é muito grave e isso também contrasta com as características da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil também. Se eu não me engano, era 15%, então aqui é bem maior. A gente teve questões relacionadas ao abastecimento de água, depois que entrou Águas do Rio ficou ainda pior. A gente, em 2022 foi um ano de transição entre a Cedae e a Águas do Rio, a gente já tinha identificado muito problema de lá para cá, ficou ainda pior. Na categoria de educação, 47% dos moradores possuem apenas o ensino fundamental completo. 100% dos moradores não foram consultados com relação ao teleférico. Pode perguntar, quer falar? Aí, aqui a gente fez algumas algumas possibilidades de análise desses dados. Aí tem um recorte maior aqui para a gente poder identificar onde estão essas pessoas pretas, pardas, amarelas ou indígenas também. Aí está aí o espaçamento, onde está isso pelo território, onde está esse tipo de categorias das pessoas, a concentração. Auxílio do governo, com programa social também. Pessoas que recebem, pessoas que não recebem, que receberam durante a pandemia também tem aí uma especialização. Nos últimos 3 meses, os moradores desse domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou? Sim ou não. Aí tem ali uma porcentagem. Falam sobre segurança alimentar. Se tiveram acesso a alguma cozinha comunitária ou ao restaurante popular, algum banco de alimentos também têm respostas. Aqui há um perfil de gênero por segurança alimentar também. Aí tem ali as legendas, “SA” segurança alimentar. Segurança leve, médio e grave. Enfim. Quer falar?

Régis Coli: Uma coisa interessante, por exemplo, dessa tabela, é que a gente vê a relação entre o recebimento dos auxílios e a insegurança alimentar. Então, assim, pessoas que recebem auxílios têm uma chance muito menor de sofrer com segurança alimentar. Aí a gente vê a importância no papel do estado, né, do papel dos programas sociais na diminuição da insegurança alimentar.

Hugo Oliveira: Aí, enfim, tem muito recorte sobre segurança alimentar, porque era uma das nossas maiores preocupações. Entender como é que o morador estava com relação à sua alimentação. É aí também, um outro recorte, a gente fez muito esse recorte porque quem foi um dos nossos patrocinadores foi a Ação Cidadania, então para eles era importante, mas o relatório está grande e dá para a gente fazer outras análises. As possibilidades de análises são amplas, né? Qual a referência de frequência de abastecimento de água no seu domicílio. E aí,

tem aí de 4 a 6 vezes, de 2 a 3 vezes, 1 vez por semana. A espacialização desse abastecimento de água também. E aí fica muito nítido que essa parte aqui que é uma parte que é, ou a Ladeira do Livramento, Ladeira do Barroso e Ladeira do Farias tem muito mais abastecimento, inclusive o abastecimento é diário do que a parte mais alta do morro, que é onde estão as áreas mais adensadas e é onde é identificado historicamente como a parte da favela mesmo, sabe? Tipo de imóvel. Você tem, você ou algum dos residentes contraíram Covid-19, uma porcentagem também. Aí a espacialização. A divisão por chefia de casas, comandada por mulheres. Um gráfico de situação de emprego. Quantidade de desempregados, trabalhos ocasionais, autônomos, estudantes, aposentados, outras atividades, trabalho em tempo integral. Aqui é sobre casas, moradias. E aí, pra terminar a gente também, com o pouco recurso que a gente tinha da Fiocruz, que depois passou para a Ação da Cidadania é que a gente fez vídeos que era para poder mostrar também um pouco do processo que a gente teve para poder fazer esse levantamento.

[Exibição do [vídeo 1](#)]

Hugo Oliveira: Aí tem mais mais dois que também que são cortes que a gente fez só para ter como registro.

[Exibição do [vídeo 2](#)]

Hugo Oliveira: Só mais um e a gente termina.

[Exibição do [vídeo 3](#)]

Hugo Oliveira: É isso.

Edilma de Carvalho: Bom, essa minha fala vai ser dirigida principalmente às mulheres da Providência. Mulheres de Providência, obrigada. Vai ser dirigida a vocês esse trabalho, Censo Providência foi improvável e foi provado e eu sou grata por demais. Primeiramente, dentro do que a gente crê. Segundo toda a capacidade que nos foi dada para chegar até aqui. Ao Hugo, a mim e principalmente a alguns representantes nossos, como moradores-monitores, a Alessandra, a Eliana, o Bruno. Jamais, jamais conseguiremos sem eles e sem os demais que aqui não estão presentes e as demais também, ao NEGRAM, a UFRJ que acreditou no nosso

trabalho, nos procurou e falou que seria possível, nos mentorou, mentou em relação a isso. A Fiocruz claro, nós fomos até lá. O Hugo passou noites acordado, nós passamos noites acordados, pessoas nos ajudaram na escrita desse edital, as pessoas que nos ajudaram a gerir esse edital, os recursos, a Cíntia, a contadora, que teve muita paciência comigo, muita com o Hugo e que não está presente aqui hoje e a tantas outras pessoas que aqui a gente queria deixar registrado o nosso agradecimento, mas, principalmente, foi por causa de vocês, mulheres, podem acreditar nisso, que esse censo aconteceu. Trabalhar no combate à insegurança alimentar é uma realidade que foi minha, que o Hugo, como o meu sobrinho, não vivenciou, mas uma realidade minha, da mãe dele, de toda a nossa família e de pessoas que estavam ao nosso redor. Então para mim, quando a proposta veio e a gente sentou, ele falou “tia, é hora de fazer acontecer e eu queria muito ter você comigo fazendo acontecer durante toda essa proposta”. E a gente seguia aí trabalhando nesse viés do SOS Providência e da Galeria e Providência. E eu falei para ele Hugo, é maravilhoso, porque apesar de você não ter vivido isso, como meus filhos também, a insegurança alimentar é algo que vocês sabem disso, a nossa história como família fala disso e a gente quis estender. A gente chamou isso de nós por nós. Então, mulheres, quando a gente fala de segurança alimentar, particularmente, algumas lideranças minhas que estão aqui hoje, como a Débora, a Cíntia, a minha querida Taciana, líder da Elma e outras que não puderam estar, é para vocês. Esse censo foi feito pensando em vocês. A gente trabalhou primeiro a insegurança alimentar e trazer esses dados, trazer... É porque, gente, estou literalmente voltando à minha primeira infância com essas tranças. Mas voltando para cá, trabalhar com a insegurança alimentar, para nós foi a realização de algo que doeu muito, doeu muito na minha vida, na vida das minhas irmãs, da minha família, que a minha mãe vem do nordeste para a Providência, tem 63 anos aqui, né? Então a gente não fez um censo pensando simplesmente em produzir conteúdo para que ele ficasse numa escrita. É um censo, quem me conhece, conhece o Hugo, tem conhecido o nosso trabalho, é para fazer acontecer. Então, Taciana, dentro dessa proposta, minha líder da Elma, de educação, eu sou educadora, eu sou educadora popular, sou educadora de formação e Deus me deu a graça de estar dentro da UFF estudando Pedagogia Social, trabalhar o EJA, a conclusão das séries iniciais é minha meta muito antes de estar aqui, né? E a gente vai fazer isso acontecer, não porque a gente tem uma proposta política partidária, é porque nós somos um ser político. Entendemos isso a partir do momento em que nós, a nós foi dada essa oportunidade de conhecimento, que tem elevado, claro, gente, estamos aqui em família, mas trabalhamos com uma grande família dentro do território da Providência. Isso vai acontecer. Pensar em segurança alimentar dentro do que a gente pôde, com toda a garra e determinação

que a gente teve para trabalhar o edital do Fiocruz. A gente fez acontecer e vai continuar fazendo, porque é uma proposta a partir de nós para nós. Então não pensem você que esses dados serão simplesmente dados que estarão fixo dentro de uma cartilha de qualquer outra proposta que a gente venha fazer. São dados que sairão desse papel, não porque a gente quer viver com a política partidária. Eu não estou aqui criticando quem tem esse viés e queira seguir nisso. Não, não é o meu, tá, gente? Nós trabalhamos articulando sim, com a política partidária, mas nós queremos fazer acontecer a partir de nós.

Hugo Oliveira: Eu acho que também é disponibilizar o material também, porque eu acho que existem outras iniciativas dentro do território que podem se apropriar do material para produzir acho que outras coisas assim porque como o Dalcio estava falando isso aqui é só o começo, é só o começo. Para mim, assim, para quem trabalha com projeto, sabe como é difícil, né? A gente vai ter que captar recursos para poder produzir esse material tipo imprimir, para depois trabalhar numa agenda 2030 que a gente quer fazer para pensar esse mapa do futuro. Isso tudo é muito trabalho que assim com o governo popular isso tem aí uma expectativa da gente conseguir alguma coisa, mas a gente sabe também que para produção desses dados não é tão fácil ter edital, né? É mais fácil ter um edital para arte, para cultura. Acabei de voltar de Brasília, onde a gente estava discutindo sobre que o edital, ele não resolve o problema, o edital, ele é só um mecanismo. Na verdade, a gente precisa de política pública para transformar a realidade do Brasil, mas como a gente está acho que a gente consegue avançar para alguma coisa e que bom que ele existe e que bom que a gente está num governo popular de novo. Antes de abrir a palavra para Jéssica, né? É, eu quero convidar depois todo mundo lá fora tem um lanchinho. Eu estou morrendo de fome, acho que está todo mundo cansado também, né? Olhar para dados, olhar para essas coisas é um trabalho, é difícil. Tive que aprender a lidar com isso, estou aprendendo a lidar, mas que vai ser muito gratificante também poder continuar conversando, né? É legal ouvir o que o Richarlls estava falando porque de fato a gente vai precisar de um tempo maior e é isso, a gente vai estar pensando em como é que a gente vai avançar para isso.

Edilma de Carvalho: Só para concluir, rapidamente, só para concluir, o mais importante disso tudo é que a gente não conseguiu fechar 100% do censo e no momento nos frustrou, mas a esperança, a expectativa de que seja possível nunca nos faltou, apesar da frustração. E quem está aqui sabe, nunca nos faltou. E ouvi o Richarlls que esteve conosco desde o início de 2020 trabalhando insistentemente para nos promover um lugar de liderança, de gestão de recursos e

hoje a gente concluiu isso e fechou isso. Ficamos entre as 5 primeiras instituições das 90 favelas, fazendo a prestação de conta, 100% é legitimada pela Fiocruz. É muita honra, porque nós não nos sentimos capazes disso, mas foi através desse conhecimento e através dessa articulação de parceria que a gente não quis queimar cartucho, quando a gente ouviu que não seria possível concluir o censo e agora poder ouvir o Richarlls e outras instituições que estão nos procurando. Então só há gratidão aqui nessa noite. Muito obrigada. Muito obrigada, mulheres. Saiba que esse trabalho é feito de nós para nós. Vocês são os maiores estímulos. A partir da minha vivência, da vivência do Hugo, vocês são os maiores estímulos para a gente continuar. Por isso a gente está dentro do nosso território, eu poderia estar em outro território. Eu tive o privilégio de estar em territórios desde a Providência ao Batan, fazendo acontecer educação, mas eu escolhi findar os meus dias aqui e como disse o Hugo ontem numa reunião, foi uma fala, muito pertinente, nós decidimos ficar no morro. Então olha para a gente e fala assim como já citaram aí vários fatores de recursos, que nós estamos cheios de recursos, nós temos salário, não. Nós decidimos ficar no morro e transformar o nosso morro em parceria, em parceria interna e externa, e essa é a nossa proposta muito, muito obrigado.

Jéssica: Eu só queria, como a Edilma fez, agradecer a todos vocês pela disponibilidade, pela boa vontade, pela insistência, pela persistência, né? Eu venho de uma cultura que a gente tende a se calar e quando a gente tem voz, a gente tem que aproveitar a oportunidade de falar, porque a gente não tem muitas vezes a oportunidade de alguém nos escutar e quando você tem a oportunidade de falar alguém te escutar, te dar visibilidade no meio social onde você é invisível ou quase imperceptível você se agarra a todas as oportunidades e como a minha amiga Lidelma, a gente tem um leque muito grande de defasagem, eu não digo carência, mas de defasagem social, não só na Providência, mas em toda em contexto social de luta contra racismo, contra a insegurança alimentar, que é um grande fator que abala as estruturas da mulher periférica, negra, mãe, mãe solo, enfim, então assim meu muito, muito, muito obrigada por essa voz, pela visibilidade e pela luta de vocês.

Hugo Oliveira: Obrigado. Vamos tirar uma foto?